

# CIÊNCIAS JURÍDICAS:

Fundamentação, participação e efetividade



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

**Atena**  
Editora

Ano 2021

# CIÊNCIAS JURÍDICAS:

Fundamentação, participação e efetividade



**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos**  
(Organizador)

**Atena**  
Editora

Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Ciências jurídicas: fundamentação, participação e efetividade

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências jurídicas: fundamentação, participação e efetividade / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-189-0

DOI 10.22533/at.ed.890211506

1. Direito. 2. Fundamentação. 3. Participação. 4. Efetividade. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Em **CIÊNCIAS JURÍDICAS: FUNDAMENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E EFETIVIDADE**, coletânea de vinte e sete capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse volume, quatro grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direitos humanos; estudos em políticas de acesso a direitos e dos sujeitos socialmente vulneráveis; estudos sobre os impactos da COVID-19 no direito e na sociedade; e estudos em meio ambiente.

Estudos em direitos humanos traz análises sobre refugiados venezuelanos, comissão da verdade, educação, juiz de garantias, direito das mulheres, população negra, prostituição, pessoa com deficiência e insanidade mental.

Em estudos em políticas de acesso a direitos e dos sujeitos socialmente vulneráveis são verificadas contribuições que versam sobre gestão socialmente responsável, vulnerabilidade, educação como instrumento de governança, direito à moradia, criança, mulheres negras, idosos, povos tradicionais e os não humanos.

Estudos sobre os impactos da COVID-19 no direito e na sociedade aborda questões como estado de insegurança e extermínio do outro, distanciamento social, incerteza contratual e micro e pequenas empresas.

No quarto momento, estudos em meio ambiente, temos leituras sobre resíduos sólidos, vedação ao retrocesso socioambiental, Agenda 2030 e sustentabilidade.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
OS REFUGIADOS VENEZUELANOS NO BRASIL SOB O ENFOQUE DOS DIREITOS HUMANOS: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	
Deborah Yoshie Arima	
Thayliny Zardo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8902115061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A ATUAÇÃO DAS COMISSÕES DA VERDADE E AS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E ÁFRICA DO SUL	
Vinicius Holanda Melo	
Newton de Menezes Albuquerque	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8902115062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>19</b>
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E JOVENS DE ENSINO MÉDIO: A (TRANS) FORMAÇÃO DE SUJEITO DE DIREITOS	
Márcio Braz do Nascimento	
Sinara Pollom Zardo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8902115063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>33</b>
O JUIZ DE GARANTIAS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E O GARANTISMO CONSTITUCIONAL	
Bruna Pessoa Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8902115064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>39</b>
PELO DIREITO DAS MULHERES A UMA VIDA LIVRE DE VIOLÊNCIA: A INFLUÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	
Priscila Cristina Miranda da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8902115065</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
O CAMPO JURÍDICO E (É?) A FÁBRICA DE MOER OSSOS	
Maria Augusta Domingos Dias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8902115066</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>70</b>
DO REGULAMENTARISMO AO ABOLICIONISMO: A PROSTITUIÇÃO COMO <i>MAL NECESSÁRIO</i> E A PROSTITUTA COMO <i>DEGENERADA NATA</i>	
Gisele Mendes de Carvalho	
Isadora Vier Machado	
Cinthy Ayumi Yotani	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8902115067</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>83</b>
A NOVA CURATELA DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, UMA QUESTÃO DE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	
Joana Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8902115068</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>100</b>
INSANIDADE MENTAL E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS: REFLEXOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
Sarah Borges Vasconcelos	
Karla de Souza Oliveira	
Mariane Morato Fonseca Stival	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8902115069</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>115</b>
GESTÃO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL SOB O ENFOQUE DOS MARCOS JURÍDICOS CONTEMPORÂNEOS	
Caroline Mendes Dias	
Luciani Coimbra de Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150610</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>130</b>
A PROPORCIONALIDADE COMO FERRAMENTA DE GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS FACE AOS LIMITES DO ESTADO: UMA JUSTICIABILIDADE PONDERADA	
Vanderlei Salazar Fagundes da Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150611</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>139</b>
VULNERABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FOCO DO MINISTÉRIO PÚBLICO SOCIAL	
Carlos Alberto Menezes	
João Batista Santos Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150612</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>159</b>
A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA PARA CAPACITAR OS INTERVENTORES HUMANOS NA APLICAÇÃO E REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	
Ornella Cristine Amaya	
Danielle Mariel Heil	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150613</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>172</b>
JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DIREITO À MORADIA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
Aline Andrade de Almeida Lopes Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150614</b>	

<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>185</b>
<b>VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA: SINAIS DE AGRESSÃO FÍSICA APRESENTADOS POR CRIANÇAS E POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS</b>	
Kaline Rafaelle Dias da Silva Nicolle Santana dos Santos Levi de Araújo Bezerra Luiz Carlos Alves de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150615</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>198</b>
<b>INFÂNCIAS ROUBADAS: UMA NOVA ANÁLISE DO CASAMENTO INFANTIL NO BRASIL NO SÉCULO XXI</b>	
Maria Eduarda Pereira Prado da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150616</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>212</b>
<b>A SUBALTERNIDADE DA MULHER NEGRA EM ITAQUI-RS: REFLEXÕES PRELIMINARES</b>	
Graciele Pereira Souza Paulo Roberto Cardoso da Silveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150617</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>223</b>
<b>NÃO NOS ABANDONE: A INCLUSÃO FORMAL E A ILUSÃO NEOLIBERAL</b>	
Hélio Luiz Fonseca Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150618</b>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>236</b>
<b>O PENSAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E A EXCLUSÃO DOS POVOS TRADICIONAIS: RAZÕES E IMPACTOS DA MENSAGEM DE VETO N° 163/2017</b>	
Raíssa Chéelsea Mota Braga de Carvalho Antônio Hilário Aguilera Urquiza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150619</b>	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>250</b>
<b>OS DIREITOS DOS NÃO HUMANOS E O PAPEL DA COMISSÃO DA OAB NA SUA GARANTIA E EFETIVAÇÃO</b>	
Gisele dos Santos Lopes Suéllen Cristina Covo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150620</b>	
<b>CAPÍTULO 21.....</b>	<b>263</b>
<b>ESTADO DE (IN)SEGURANÇA: O COVID-19 E O EXTERMÍNIO DO “OUTRO”</b>	
Márcia Barros Ferreira Rodrigues Lorraine Carla da Costa Cordeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150621</b>	

<b>CAPÍTULO 22.....</b>	<b>278</b>
AS CONSEQUÊNCIAS DO DISTANCIAMENTO SOCIAL CAUSADO PELA PANDEMIA DO COVID-19 NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSO	
Ana Cláudia Reis do Nascimento	
Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da Palma	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150622</b>	
<b>CAPÍTULO 23.....</b>	<b>290</b>
O DISPÊNDIO RECÍPROCO: A INCERTEZA CONTRATUAL NO CONTEXTO PANDÊMICO HODIERNO	
Lucas Gomes Delarco	
Ana Laura Gonçalves Chicarelli	
Valter Moura do Carmo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150623</b>	
<b>CAPÍTULO 24.....</b>	<b>299</b>
PANDEMIA E CONTRATOS DE LOCAÇÃO EMPRESARIAL COM FOCO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	
Ester Hayashi Guimaraes Narciso	
Andrea Hayashi Guimaraes Narciso	
Rafael Monteiro Teixeira	
Lorena Morato Terni	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150624</b>	
<b>CAPÍTULO 25.....</b>	<b>310</b>
PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E O PRINCÍPIO DA LOGÍSTICA REVERSA NO MUNICÍPIO DE TRINDADE DO SUL - RS	
Raquel Aresi	
Cristiane Zanini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150625</b>	
<b>CAPÍTULO 26.....</b>	<b>323</b>
A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO BRASIL E A VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA	
Lara Maia Silva Gabrich	
Naiara Carolina Fernandes de Mendonça	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150626</b>	
<b>CAPÍTULO 27.....</b>	<b>339</b>
A AGENDA 2030 NO CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES DA AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE, DIÁLOGO DE SABER E BEM VIVER	
Cleusa Maria Rossini	
Daniel Rubens Cenci	
Fernanda Gewehr de Oliveira	
Marlanda Patrícia Caure da Cunha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89021150627</b>	

<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>348</b>
<b>ÍNDICE REMISSVO.....</b>	<b>349</b>

## VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA: SINAIS DE AGRESSÃO FÍSICA APRESENTADOS POR CRIANÇAS E POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS

*Data de aceite: 01/06/2021*

*Data de submissão: 08/03/2021*

### **Kaline Rafaelle Dias da Silva**

Universidade Católica de Pernambuco  
Recife – Pernambuco  
<http://lattes.cnpq.br/1148306052917737>

### **Nycolle Santana dos Santos**

Universidade Federal de Pernambuco  
Vitória de Santo Antão - Pernambuco  
<http://lattes.cnpq.br/1264288089575203>

### **Levi de Araújo Bezerra**

Universidade Federal de Pernambuco  
Vitória de Santo Antão – Pernambuco  
<http://lattes.cnpq.br/9459095178603806>

### **Luiz Carlos Alves de Souza**

Instituto Federal de Tecnologia, Ciência e  
Educação de Pernambuco  
Vitória de Santo Antão - Pernambuco  
<http://lattes.cnpq.br/9877177692969568>

**RESUMO:** O relatório da situação global sobre prevenção da violência de 2014, reflete dados de 133 países, é o primeiro relatório a avaliar os esforços para enfrentar a violência interpessoal e aponta que anualmente, cerca de 950.000 mortes de crianças e adolescentes ocorrem no mundo, provocados por acidentes ou violência, além de outros milhões de ocorrências de sequelas decorrentes de lesões não fatais. Esse índice se manifesta sob diversas formas progressivas de agressão, culminando no

resultado acima apresentado ou no mínimo, trazendo graves consequências no crescimento e desenvolvimento da vítima de violência. Diante do exposto e buscando compreender os sinais apresentados por crianças vítimas de agressão física no âmbito familiar, o presente estudo, teve por objetivo identificar os sinais de agressão física em crianças, e as políticas públicas específicas. Sendo uma revisão integrativa de literatura, ocorrendo em seis etapas: elaboração da pergunta norteadora, busca na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa. Iniciou-se com a busca de artigos publicados entre 2015 e 2020, nas bases de dados: LILACS, SCIELO, MEDLINE e BVS, sendo os descritores: violência física, criança e políticas públicas. Na busca realizada foram apontados inicialmente 352 estudos, após a leitura exploratória dos resumos de cada um e verificação do enquadramento nos critérios deste estudo, foram selecionados apenas 6 artigos, após análise foram identificados os seguintes sinais de violência apresentados por crianças, apreensão e desconfiança ou apatia por parte da criança, sonolência em relação ao meio e às pessoas, dores e queixas psicossomáticas, comportamentos extremos como agressividade, destrutividade, timidez, passividade, submissão, irritabilidade frequente, choro excessivo ou desmotivação. Percorrendo as questões abordadas ao longo deste texto, a leitura dos artigos selecionados mostrou-se crucial para perceber os sinais da violência física contra a criança, como um fenômeno complexo que geralmente envolve familiares e pessoas

próximas. Entender os sinais de violência física contra crianças pode ser extremamente interessante, tanto para o enfrentamento dos agravos, como na eleição destes eventos-sentinela para a situação de violência.

**PALAVRAS - CHAVE:** Violência física; Criança; Adolescente; Políticas públicas.

## VIOLENCE AGAINST CHILDREN: SIGNS OF PHYSICAL AGGRESSION PRESENTED BY CHILDREN AND SPECIFIC PUBLIC POLICIES

**ABSTRACT:** The 2014 Global Situation Report on Violence Prevention, reflects data from 133 countries, is the first report to assess efforts to tackle interpersonal violence and points out that approximately 950,000 deaths of children and adolescents occur worldwide each year, caused by accidents or violence, in addition to millions of other occurrences of sequelae resulting from non-fatal injuries. This index manifests itself in several progressive forms of aggression, culminating in the result presented above or at least, with serious consequences for the growth and development of the victim of violence. Given the above and trying to understand the signs presented by children who are victims of physical aggression in the family. The present study aimed to identify the signs of physical aggression in children, and specific public policies. Being an integrative literature review, occurring in six stages: elaboration of the guiding question, literature search, data collection, critical analysis of the included studies, discussion of the results and presentation of the integrative review. It started with the search for articles published between 2015 and 2020, in the databases: LiLACS, SciELO, MEDLINE and VHL, being the descriptors: physical violence, children and public policies. In the search carried out, 352 studies were initially identified, after the exploratory reading of the abstracts of each one and verification of the compliance with the criteria of this study, only 6 articles were selected, after analysis the second signs of violence presented by children, apprehension and distrust or apathy on the part of the child, drowsiness in relation to the environment and people, pain and psychosomatic complaints, extreme behaviors such as aggressiveness, destructiveness, shyness, passivity, submission, frequent irritability, excessive crying or demotivation. Going through the issues addressed throughout this text, reading the selected articles proved to be crucial to perceiving the signs of physical violence against children, as a complex phenomenon that usually involves family members and close people. Understanding the signs of physical violence against children can be extremely interesting, both for coping with injuries and for choosing these sentinel events for the situation of violence.

**KEYWORDS:** Physical violence; Kid; Adolescent; Public policy.

## 1 | INTRODUÇÃO

A palavra violência tem origem no latim, *violentia*, que remete à vis e significa caráter violento ou bravo, força, vigor, potência, emprego de força física (BONAMIGO, 2008). Neste sentido, a Organização Mundial da Saúde define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (WHO, 2014).

A violência atinge todos os aspectos sociais e se traduz como um fenômeno

complexo, de modo que não é objeto próprio de um setor específico, como o direito, por exemplo. Entretanto, Segundo Minayo (2004), a violência mantém uma relação mais estreita com a saúde por estar associada à qualidade de vida, pelas lesões físicas, psíquicas e morais que acarreta e pelas exigências de atenção e cuidados dos serviços médico-hospitalares e também, pela concepção ampliada do conceito de saúde, vez que segundo a OMS, saúde seria o completo bem-estar físico, mental, social e espiritual dos indivíduos.

Faz-se necessário, contudo, destacar a violência intrafamiliar que, como o nome sugere, ocorre no seio familiar e pode ser definida, segundo o Caderno de Atenção Básica nº 8, editado pelo Ministério da Saúde em 2002, como qualquer tipo de relação de abuso praticado no contexto privado da família contra qualquer um dos seus membros.

Em seu estudo, os pesquisadores, Brauner e Carlos (2004, p. 138) ao abordarem o assunto, fazem as seguintes considerações:

“As crianças e os adolescentes que foram vítimas de violência intrafamiliar carregam feridas psicológicas pelo resto de suas vidas, já que essas violações têm grande interferência em seu processo de desenvolvimento. Vivenciam situações de violência tendo como autores justamente aqueles que não só deveriam protegê-los, como também oferecer-lhes segurança e afeto. Logo, podem interpretar a violência como uma manifestação desse afeto, vindo a reproduzi-la em sua vida adulta, dessa vez como autores e tendo como vítimas seus próprios filhos, suas esposas ou suas companheiras.” (BRAUNER; CARLOS, 2004, p. 138).

O Brasil, enquanto Estado Democrático de Direito, prevê no inciso III do artigo 1º da Constituição Federal a dignidade da pessoa humana. (BRASIL, 1988) Tal fundamento preconiza necessariamente o princípio e a proteção da integridade física do indivíduo. Assim, garante que a pessoa não seja submetida a tratamento discriminatório ou arbitrário. Importa salientar que a dignidade da pessoa humana é irrenunciável e inalienável, devendo ser promovida e protegida pelo direito pátrio.

No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, o célebre artigo 5º da Constituição preconiza o princípio da igualdade entre os indivíduos independente de qualquer distinção. No capítulo do texto constitucional que trata da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso, o artigo 226, §8º, estabelece ao Estado a obrigação de criar mecanismos a fim de coibir a violência no âmbito familiar. Ademais, o artigo 227 estabelece que é dever da entidade familiar que as crianças e adolescentes sejam colocados a salvo de toda e qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Por fim, o §4º do mesmo dispositivo prevê que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração da criança e do adolescente (BRASIL, 1988). Neste sentido, resta pontuar a atenção concedida pela Carta Constitucional à problemática, vez que ordena a formulação de políticas públicas para enfrentamento e tratamento da violência intrafamiliar em todas suas manifestações.

No plano infraconstitucional, o Estatuto da Criança e do Adolescente preceitua no artigo 18 – A. que a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Além disso, a fim de que esses direitos sejam preservados e garantidos, o artigo 13 do ECA determina que os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (BRASIL, 1990)

Buscando compreender os sinais apresentados por crianças vítimas de agressão física no âmbito familiar, o presente estudo, teve por objetivo identificar os sinais de agressão física em crianças, e as políticas públicas específicas, vez que mostra-se tema de relevante importância.

## **2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O relatório da situação global sobre prevenção da violência de 2014 , que reflete dados de 133 países, é o primeiro relatório desse tipo a avaliar os esforços nacionais para enfrentar a violência interpessoal e aponta que anualmente, cerca de 950.000 mortes de crianças e adolescentes ocorrem no mundo, provocados por acidentes ou violência, além de milhões de ocorrências de sequelas decorrentes de lesões não fatais (WHO, 2014). Esse alto índice se manifesta sob diversas formas progressivas de agressão, culminando, infelizmente, no resultado acima apresentado ou no mínimo, trazendo graves consequências no crescimento e desenvolvimento da criança vítima de violência.

Os direitos fundamentais das crianças e adolescentes no Brasil, foram reconhecidos por meio da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990). A saúde desse grupo populacional, vem referida na lei, deixando claro que o Estado deve assegurá-la desde a gestação. Apresentando também, especificações claras a respeito de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, opressão e maus-tratos, bem como medidas a serem tomadas, quando ocorre a violação desses direitos por parte de pais e responsáveis.

Um ponto central no reconhecimento da juventude como população específica e com direitos garantidos foi a Emenda Constitucional 65 de 13 de julho de 2010, que “Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal, modificando o seu art. 227”, estreando no ordenamento jurídico em âmbito constitucional a preocupação com a juventude, até então ausente da Carta Magna. O Capítulo VII do Título VIII da Constituição

Federal passa a denominar-se “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso” e o Art. 227 passa a vigorar com a seguinte redação:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 2010).

## O que é violência

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a violência como sendo o uso de força física ou poder, em ameaça ou prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Também define maus-tratos e violência (OMS, 2002, p. 59), como:

“Toda forma de maus-tratos físicos e/ou emocionais, abuso sexual, abandono ou trato negligente, exploração comercial ou outro tipo, da qual resulte um dano real ou potencial para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança, no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder”.

Pelo estágio peculiar de desenvolvimento em que se encontram, as crianças são apontadas como mais vulneráveis à violência; as consequências advindas da sua exposição são, muitas vezes, irreversíveis e resultam em danos físicos e psicológicos, além de prejuízo ao seu desenvolvimento e maturação (MASCARENHAS et al, 2010; SOUTO et al, 2018). Nas últimas décadas, o reconhecimento da violência como problema de saúde pública no Brasil ampliou as políticas e estratégias voltadas para a questão da violência contra a criança e da necessidade de protegê-las, a fim de contribuir para seu crescimento e desenvolvimento (SOUTO et al, 2018).

O Protocolo de proteção à crianças e ao adolescente em situação de risco para a violência, aponta que o número de casos de violência contra crianças é bem maior do que as estatísticas divulgadas pelos órgãos oficiais e que, diferentemente do que muitas pessoas pensam, a violência doméstica atinge todas as classes sociais. Esse equívoco é perpetuado pela sutileza do ato e pela falta de evidências imediatas de maus-tratos e violência (CURITIBA, 2008).

A violência é uma experiência devastadora para as crianças e lhes traz consequências prejudiciais ao desenvolvimento, mas ainda não se sabe a real extensão do problema. É difícil responder questões relacionadas a aspectos básicos, como quais os efeitos da violência nas crianças?; quantas crianças são afetadas pela violência em todo o mundo e o que pode ser feito para fazer a diferença?

Segundo Minayo (2002), a violência, pode ser classificada em: violência estrutural, derivada da desigualdade na distribuição da riqueza social, incidindo sobre a condição de vida das crianças; violência cultural, que manifesta-se nas relações de dominação entre grupos e por fim, delinquência que diz respeito à execução de ações criminosas numa sociedade.

Waksman; Hirschheimer e Pfeiffer, (2018) apontam que a violência física acomete todas as faixas etárias, porém é predominante em menores de 3 anos. Estima-se que esse tipo de abuso seja responsável por aproximadamente 25% de todas as formas de abuso contra a criança e, proporcionalmente, a maior parte das mortes por abuso físico (80%) ocorre em crianças menores de 4 anos de idade (CHRISTIAN, 2015).

As consequências desses maus-tratos podem apresentar uma gama de variações e intensidades, como danos à saúde física e mental, à educação, afetividade e coletividade (WAKSMAN; HIRSCHHEIMER, 2011).

No Manual de atendimento intitulado “às crianças e adolescentes vítimas de violência”, os autores acima citados, apontam os sinais desse tipo de violência, acompanhados também pela negligência descuido à saúde e ao desenvolvimento da criança, passando a serem notados os seguintes sinais:

- Crianças e pais raramente se olham ou se tocam como forma de atenção e carinho.;
- Apreensão e desconfiança ou apatia por parte da criança;
- Sonolência em relação ao meio e às pessoas;
- Dores e queixas psicossomáticas;
- Comportamentos extremos como agressividade, destrutividade, timidez, passividade, submissão, Irritabilidade frequente, choro excessivo ou desmotivação.

Os sinais acima descritos pelos autores Waksman e Hirschheimer, (2011), são respostas muitas vezes inconscientes, apresentadas pela criança vítima de violência, que ao passar por excessivos episódios de abuso, ultrapassa sua capacidade de elaboração psicológica, resultando em sérios prejuízos para seu desenvolvimento psicoafetivo, relacional e social. Certo grau de violência psicológica sempre acompanha as outras formas de violência ou de negligência. (MELO, 2008)

Sendo assim, o ECA no artigo 18, conceitua e estabelece os determinantes de violência sendo, ações de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão, tratamento cruel ou degradante como conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe; ou ameace gravemente; ou ridicularize, devem ser repudiados e tratados com todo rigor da lei, não dando margem para exceções. (BRASIL, 1990)

O mesmo artigo a apresenta os direitos da criança e do adolescente como serem

educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

### 3 | METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, que se caracteriza em um método de pesquisa cujo objetivo é reunir e sistematizar resultados anteriores de pesquisas sobre um determinado tema ou questão, de maneira sistemática, a fim de apresentar, discutir e aprofundar conhecimentos acerca da temática proposta. As conclusões são estabelecidas mediante a avaliação crítica de diferentes abordagens metodológicas (SOUZA, 2010). A apresentação das fases do processo de construção desta revisão integrativa são: elaboração da pergunta norteadora, busca ou amostragem na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa.

O presente estudo teve como questão norteadora “quais os sinais de agressão apresentados por crianças vítimas de violência física e quais as políticas públicas específicas para essa população?” As etapas que conduziram esta revisão integrativa foram: a elaboração da questão norteadora, definição das bases de dados e estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos ou busca na literatura, definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados, avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa, interpretação dos resultados e por fim, apresentação da síntese do conteúdo.

Iniciou-se com a busca de artigos publicados no período temporal pré-determinado de 2015 a 2020, nas bases de dados: Literatura Latino-Americana em Ciências de Saúde – (LiLACS), Scientific Electronic Library online – (SciELO), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), sendo os descritores: violência física, criança e políticas públicas. os critérios de inclusão foram:

Os artigos selecionados respeitaram os critérios de inclusão e exclusão descritos a seguir: foram analisados os artigos científicos escritos no idioma português, publicados entre os anos de 2015 a 2020, que estivessem publicados na íntegra e adequados aos objetivos. Foram excluídos os artigos escritos em outros idiomas, publicados antes de 2015, que não estivessem disponíveis na íntegra e que não fossem adequados aos objetivos deste estudo.

A estratégia de busca na base MEDLINE utilizou os seguintes descritores (DeCS): violência física; criança e políticas públicas, os mesmos descritores ou equivalentes foram adotadas para as demais bases.

Para a discussão, foi realizada uma busca a partir do material encontrado nos artigos inseridos nos critérios de inclusão. Outras referências foram utilizadas, como livros e artigos que abordassem a temática violência infantil e políticas públicas deste estudo, sendo consideradas as informações importantes relativas ao tema em estudo.

As bibliografias apresentadas após a buscas com os descritores e critérios de inclusão foram analisadas segundo as seguintes etapas: Leitura exploratória, uma leitura rápida com o objetivo de analisar se os materiais encontrados estão enquadrados nos critérios do estudo; Leitura seletiva das partes mais importantes dos artigos feita de maneira mais aprofundada; Registro dos dados retirados das fontes, sendo inicialmente realizado um agrupamento dos artigos que foram escolhidos, com os nomes dos autores, ano de publicação, objetivo do estudo, resultados e conclusão.

Em seguida foram produzidas tabelas com os autores estudados de cada fonte de dado utilizada. A análise dos dados ocorreu por meio de uma leitura sistemática e criteriosa dos artigos selecionados para que fossem identificadas as informações necessárias para a produção do presente estudo.

Diante disso, foi realizada uma comparação entre os resultados obtidos e uma discussão acerca do que foi encontrado. A análise deste estudo foi descritiva, onde os resultados foram transcritos de forma dissertativa, de acordo com o que foi constatado na leitura.

## **4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na busca realizada foram apontados inicialmente 352 estudos, após a leitura exploratória dos resumos de cada um e verificação do enquadramento nos critérios deste estudo, foram selecionados na LILACS 3 artigos, na SCIELO 10 artigos, MEDLINE 3 artigos responderam aos descritores, mas, não atendiam aos critérios de inclusão, porém 6 dos 16 artigos encontrados, correspondia aos mesmos resgatados na LILACS e ou na CIELO e MEDLINE, dois dos artigos encontrados na SCIELO que atenderam aos critérios de seleção, estavam repetidos na revista.

Em seguida, levando em consideração as observações acima citadas, restaram seis artigos para análise. Todos foram lidos individualmente para confirmação de adequação aos critérios de seleção. Um roteiro de coleta foi utilizado para auxiliar no registro das informações identificadas em cada estudo, contendo os seguintes tópicos sobre cada artigo: identificação, objetivo, características metodológicas, principais resultados e conclusões do estudo.

De acordo com a análise realizada nos artigos selecionados, no quadro abaixo, estão relacionados os dados gerais dos estudos, como os nomes dos autores, ano de publicação, objetivo e tipo de estudo.

<b>Autor/ano</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Base de dados</b>
MALTA, et al, 2015. (7 autores).	objetiva analisar os atendimentos de emergência referentes às causas externas, na infância, de 0 a 9 anos, nas capitais brasileiras, coletados no inquérito Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), em 2014.	Estudo transversal de abordagem qualitativa.	LILACS, SCIELO.
FERREIRA; CÔRTEZ; CONTIJO, 2019. (3 autores).	Objetiva caracterizar o perfil das crianças vítimas de violência doméstica e de seus agressores e avaliar a eficácia das intervenções judiciais.	Estudo de corte retrospectivo.	LILACS, SCIELO, MEDLINE.
COSTA, et al, 2015. (4 autores).	Apresenta características gerais de adolescentes e a relação entre a violência doméstica.	Estudo transversal.	LILACS.
ACIOLI., et al, 2019. (5 autores).	analisar o tempo de acolhimento e as características dos adolescentes em serviços de acolhimento institucionais na cidade do Recife.	Estudo descritivo.	MEDLINE, SCIELO.
BARRENECHEA, et al, 2020. (4 autores).	conhecer a percepção dos enfermeiros sobre a violência contra a criança praticada pelo acompanhante na enfermaria pediátrica.	Pesquisa descritiva.	SCIELO.
MONTEIRO et al, 2018. (5 autores).	Conhecer qual a construção elaborada pela mãe sobre o significado da violência contra a criança e identificar na visão materna quais as medidas mais utilizadas para a prevenção desse fenômeno.	Pesquisa de campo descritiva com abordagem qualitativa.	SCIELO.

Tabela 01: artigos analisados, organizados por nome, ano, objetivos, metodologia e base de dados de cada trabalho.

Fonte: Própria (2020).

Nos estudos destacados na tabela 1, foi possível observar que referente ao número de autores por estudo publicado, dos seis artigos analisados, um artigo apresenta três autores, dois artigos apresentam quatro autores, dois artigos apresentam cinco autores e por fim um artigo apresenta sete autores.

Quanto a distribuição dos artigos selecionados por ano de publicação, entre 2015 e 2020, os seis artigos analisados foram publicados em anos diferentes, na seguinte ordem de publicação 2015, 2018, 2019 e 2020.

A leitura dos temas abordados pelas publicações analisadas, permitiu evidenciar três categorias temáticas, “Percepção de terceiros sobre a violência física; Ocorrência de violência física e acidentes por causas externas e, por fim, direitos da criança e do adolescente

e prevenção de maus tratos ”.

A seguir, serão apresentados os sinais de violência física apresentados por crianças. É importante salientar que os artigos analisados apresentam poucos sinais de violência física e para enriquecimento do presente estudo, foram utilizadas bibliografias e artigos julgados relevantes para a discussão.

Os pesquisadores Waksman e Hirschheimer, (2011), apontam os sinais de violência física frequentemente apresentados por crianças agredidas por seus responsáveis e sinais de negligência e descuido à saúde e ao desenvolvimento da criança:

- Apreensão e desconfiança ou apatia por parte da criança;
- Sonolência em relação ao meio e às pessoas;
- Dores e queixas psicossomáticas.;
- Comportamentos extremos como agressividade, destrutividade, timidez, passividade, submissão, Irritabilidade frequente, choro excessivo ou desmotivação.

Os sinais acima descritos pelos autores Waksman e Hirschheimer, (2011), são respostas muitas vezes inconscientes, apresentadas pela criança vítima de violência, que ao passar por excessivos episódios de abuso, ultrapassa sua capacidade de elaboração psicológica, resultando em sérios prejuízos para seu desenvolvimento psicoafetivo, relacional e social. Certo grau de violência psicológica sempre acompanha as outras formas de violência ou de negligência. (MELO, 2008).

As consequências dos maus-tratos que podem ser configuradas como sinais de violência podem ser notadas em diferentes intensidades, atingindo diversos aspectos na vida da criança trazendo danos à saúde física e mental, bem como às relações sociais, sendo possível identificar:

- Crianças e pais raramente se olham ou se tocam como forma de atenção e carinho;
- Apreensão e desconfiança ou apatia por parte da criança;
- Sonolência em relação ao meio e às pessoas;
- Dores e queixas psicossomáticas;
- Comportamentos extremos como (agressividade, destrutividade, timidez, passividade, submissão, Irritabilidade frequente, choro excessivo ou desmotivação.

No estudo de Malta, et al., (2016) são apresentados sinais que corroboram com os apresentados por Waksman e Hirschheimer, (2011), sendo esses “ crianças com temperamentos difíceis, violência transgeracional”(…). Também foram relatados fenômenos culturais intergeracionais marcados pela educação para a violência. Possíveis causas de violência têm sido relatadas, como crianças com mau temperamento; reprodutibilidade por

parte dos pais da violência vivida na infância; e a hospitalização como situação de estresse desencadeadora de violência.

Em consonância com o que foi apresentado acima, Monteiro, et al, (2018) dizem que a violência contra criança enseja prejuízos a curto e a longo prazo, prejuízos esses que podem se manifestar de maneira física, social, cognitiva e psicológica. Afirmando ainda que crianças ao sofrerem agressão, podem manifestar comportamentos agressivos, além de tornarem-se pessoas tristes e muitas vezes apresentarem dificuldade de aprendizagem.

Os pesquisadores Malta., et al (2015); Monteiro., et al (2018) e Barrenechea, et al, (2020) também afirmam que crianças vítimas de violência apresentam como sinais de violência, problemas físicos ou psicológicos, hiperatividade, temperamento difícil, passividade e enfermidades frequentes e severas.

Ferreira, Cortês e Gontijo, (2019) destacam que na violência doméstica a cultura patriarcal e adultocêntrica, ou seja, o poder do homem sobre a criança e a falta de diálogo no relacionamento entre pais e filhos revelam que meninas são mais expostas a situações de violência que meninos. O perfil das vítimas e agressores dos casos atendidos na Vara de Infância e Adolescência foi similar ao apresentado por Ferreira, Cortês e Gontijo (2019) e Monteiro., et al (2018) realizados em outros cenários, espelhando a realidade epidemiológica da violência contra a criança.

Costa., et al (2015) corroboram com Monteiro., et al (2018), na medida que afirmam que os problemas que a violência pode acarretar às vítimas são inúmeros, tais como: ansiedade, depressão, dor crônica, desordem de estresse pós-traumático, transtornos alimentares, comportamento suicida, isolamento social, bem como comportamentos de alto risco, e ainda, pode ensejar o consumo de álcool e drogas.

No que diz respeito às políticas que assistem às crianças vítimas de violência, Acioli., et al, (2019) elenca alguns órgãos, tais como: Vara infância/juventude; Ministério Público; Núcleo de Orientação e Fiscalização de Entidades (Nofe); Centro Integrado de Assistência Social (Cenip); Unidade de Atendimento Inicial (UNIAI); Plantão; Vara da Infância e Juventude, conselho tutelar, Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA), Unidade de Pronto atendimento (UPA).

## 5 | CONCLUSÕES

Percorrendo as questões abordadas ao longo deste texto, a leitura dos artigos selecionados mostrou-se crucial para perceber os sinais da violência física contra a criança, como um fenômeno complexo que geralmente envolve familiares e pessoas próximas. Entender os sinais de violência física contra crianças pode ser extremamente interessante, tanto para o enfrentamento dos agravos, como na eleição destes eventos-sentinela para a situação de violência.

O conhecimento de que existe uma criança sendo agredida, ou da ocorrência de



MALTA, Deborah Carvalho et al. Fatores associados ao uso de narguilé e outros produtos do tabaco entre escolares, Brasil, 2015. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 21, supl. 1, e180006, 2018. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2018000200412&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2018000200412&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 10 out. 2020. Epub 29-Nov- 2018. <https://doi.org/10.1590/1980-549720180006.supl.1>.

MELLO, Anna Christina Cardoso de. **Kit respeitar: enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes: criar respeitando: guia para pais e responsáveis.** – São Paulo: Fundação Orsa: SEADS: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: < [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/direitos/kit\\_respeitar\\_3\\_cuidar\\_respeitando\\_p\\_ais.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/direitos/kit_respeitar_3_cuidar_respeitando_p_ais.pdf)>. Acesso em 11 set. 2020.

MINAYO, M, C, S. **O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes.** In: Westphal MF, org. *Violência e criança.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (USP); 2002. p. 95-114.

MONTEIRO, Ana Cláudia de Souza et al. Perspectiva de mães sobre a violência contra os filhos: construindo sentidos. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 71, n. 1, pág. 34-39, fevereiro de 2018. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672018000100034&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018000100034&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 01 de outubro de 2020. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0568> .

SOUTO, Daniella Fagundes et al. Violência contra crianças e adolescentes: perfil e tendências decorrentes da Lei nº 13.010. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 71, supl. 3, p. 1237-1246, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672018000901237&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018000901237&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 01 de outubro de 2020. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0048>.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é? Como fazer isso?. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 1, pág. 102- 106, março de 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-45082010000100102&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-45082010000100102&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 01 de outubro de 2020. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>.

WAKSMAN. Renata Dejtiar; HIRSCHHEIMER. Mário Roberto; PFEIFFER. Luci; **Manual de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência.** Sociedade de Pediatria de São Paulo. Sociedade Brasileira de Pediatria. 2.ed. Brasília, DF: Conselho Federal de Medicina, 2018. Disponível em: <[http://www.spsp.org.br/downloads/Manual\\_Atendimento\\_Crian%C3%A7as\\_Adolescentes\\_V%C3%ADtimas\\_Viol%C3%A7ncia\\_2018.pdf](http://www.spsp.org.br/downloads/Manual_Atendimento_Crian%C3%A7as_Adolescentes_V%C3%ADtimas_Viol%C3%A7ncia_2018.pdf)>. Acesso em 01 de setembro de 2020.

WAKSMAN, R, D; HIRSCHHEIMER, M, R. Manual de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência/Núcleo de Estudos da Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente. Brasília, DF: CFM, SPSP; 2011. 172 p. Disponível em: < <https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/manual%20atendimento%20crianca%20adolescente.pdf>>. Acesso em 01 de setembro de 2020.

WHO. World Health Organization. **Relatório de status global sobre prevenção da violência 2014.** Geneva: WHO; 2002. [ONLINE]. Disponível em: < <https://apps.who.int/iris/handle/10665/145086>>. Acesso em 01 de setembro de 2020.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abolicionismo 6, 70, 74, 77, 79

Agenda 2030 5, 9, 44, 115, 116, 124, 125, 126, 127, 202, 211, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347

### C

Ciências Jurídicas 2, 5, 172, 336

Comissão da Verdade 5, 11, 13, 15, 16, 17

Contrato 175, 292, 293, 294, 295, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 308, 309

Criança 5, 8, 131, 138, 152, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 205, 208, 209, 218

### D

Direito 5, 6, 7, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 20, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 44, 45, 49, 50, 53, 54, 57, 58, 60, 61, 62, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 78, 80, 81, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 100, 103, 104, 106, 107, 112, 113, 115, 117, 118, 121, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 149, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 198, 199, 201, 202, 203, 208, 215, 219, 221, 223, 226, 227, 231, 236, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 250, 251, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 265, 268, 269, 270, 273, 274, 275, 276, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 290, 292, 293, 295, 297, 298, 299, 300, 302, 304, 306, 307, 309, 310, 314, 322, 323, 325, 326, 328, 329, 330, 332, 333, 335, 336, 337, 344, 348

Direito das mulheres 5, 6, 39

Direitos Fundamentais 33, 86, 88, 89, 93, 96, 100, 101, 104, 105, 106, 116, 117, 118, 122, 125, 130, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 142, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 173, 177, 179, 183, 184, 188, 199, 219, 237, 238, 244, 250, 251, 267, 280, 337

Direitos Humanos 5, 6, 7, 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 66, 77, 81, 88, 89, 92, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 137, 140, 142, 143, 144, 148, 152, 155, 156, 158, 175, 198, 199, 200, 203, 205, 206, 211, 226, 238, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 250, 251, 272, 274, 286, 288, 325, 329, 330, 333, 337, 339, 346, 348

Distanciamento social 5, 9, 278

## **E**

Educação 5, 6, 7, 8, 12, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 48, 49, 54, 55, 63, 66, 67, 76, 80, 95, 96, 106, 118, 132, 134, 138, 139, 154, 159, 160, 167, 168, 169, 185, 188, 189, 190, 191, 194, 199, 200, 202, 203, 207, 214, 215, 226, 248, 259, 260, 261, 270, 284, 297, 316, 337, 339, 340, 343, 346, 348

Efetividade 2, 5, 28, 37, 48, 51, 55, 92, 129, 136, 150, 153, 154, 155, 158, 168, 172, 175, 176, 178, 181, 237, 257, 326, 329, 335

Extermínio 5, 8, 62, 63, 66, 263, 269, 272, 273

## **F**

Fundamentação 2, 5, 29, 188, 250, 251

## **G**

Gestão Socialmente Responsável 5, 7, 115, 116, 117, 119, 126, 127, 128

## **I**

Idoso 9, 153, 155, 187, 189, 226, 227, 231, 233, 234, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 288

Insanidade Mental 5, 7, 100, 101

## **J**

Juiz de Garantias 5, 6, 33, 34, 35, 36, 37, 38

## **M**

Mulheres Negras 5, 55, 212, 213, 216, 217, 218

## **N**

Não Humanos 5, 8, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 258, 260

## **P**

Participação 2, 5, 64, 89, 90, 96, 101, 108, 151, 165, 167, 168, 172, 207, 214, 224, 227, 260, 269, 279, 280, 301, 315, 321, 343

Pessoa com Deficiência 5, 7, 83, 84, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 153

Políticas Públicas 7, 8, 8, 12, 20, 44, 49, 60, 64, 101, 108, 130, 131, 135, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 172, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 191, 192, 214, 225, 231, 260, 269, 270, 284, 288, 303, 334, 336, 337, 348

População Negra 5, 56, 67, 214, 215, 274

Prostituição 5, 6, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 205

## **R**

Refugiados 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 144

Resíduos Sólidos 5, 9, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 320, 321, 322, 342

## **S**

Sustentabilidade 5, 9, 117, 129, 160, 171, 311, 312, 326, 339, 342, 345, 346

## **V**

Vedação ao retrocesso socioambiental 5, 9, 323, 333

Violência 6, 8, 2, 6, 13, 16, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 57, 58, 61, 62, 63, 68, 73, 74, 77, 78, 81, 153, 154, 155, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 206, 207, 218, 245, 267, 268, 269, 270, 272, 273, 275, 283, 288

Vulnerabilidade 5, 7, 57, 68, 77, 79, 80, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 151, 152, 153, 156, 202, 203, 205, 207, 226, 227, 228, 233, 241, 246, 283

# CIÊNCIAS JURÍDICAS:

Fundamentação, participação e efetividade



**Atena**  
Editora

Ano 2021

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

@atenaeditora

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# CIÊNCIAS JURÍDICAS:

Fundamentação, participação e efetividade



**Atena**  
Editora

Ano 2021

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

